



**Câmara Municipal de Fortaleza**  
**Coordenadoria das Comissões Técnicas**

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 0025/2022.**

*Cria e estrutura a Procuradoria Jurídica  
da Câmara Municipal de Fortaleza.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º** Fica criada a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Fortaleza, órgão de Direção e Assessoramento Superior subordinado à Presidência, com atribuições de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico.

*Parágrafo único.* São competências da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Fortaleza:

- I — elaborar e revisar minutas de contratos, ajustes e convênios;
- II — elaborar parecer jurídico sobre abertura, dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- III — presidir e processar procedimentos disciplinares e sindicâncias em geral;
- IV — representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal de Fortaleza, ressalvadas as demais competências constitucionais, em defesa de seus interesses, bens ou serviços;
- V — representar os interesses da Câmara Municipal de Fortaleza junto à Procuradoria-Geral do Município e ao Tribunal de Contas;
- VI — elaborar minutas de informações a serem enviadas ao Poder Judiciário nos casos de mandado de segurança, ação popular, arguição de inconstitucionalidade ou de qualquer outra medida judicial, quando solicitada;
- VII — prestar consultoria jurídica à Presidência, à Mesa Diretora e à Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Fortaleza;
- VIII — dar cumprimento a outras atribuições atinentes à sua área de competência que lhe sejam determinadas pelo Presidente ou pela Mesa Diretora.

**Art. 2º** A estrutura “2.3 Coordenadoria Jurídica – COJUR” constante no Anexo I da Lei n.º 9.953, de 13 de dezembro de 2012, passa a ser denominada “2.3 Procuradoria Jurídica – PROJUR”.



**Câmara Municipal de Fortaleza**  
**Coordenadoria das Comissões Técnicas**

---

**Art. 3º** O cargo de “Coordenador Jurídico” constante no Anexo IV da Lei n.º 9.953, de 13 de dezembro de 2012, passa a ser denominado “Procurador Jurídico”.

*Parágrafo único.* O nome e a descrição do cargo de “Coordenador Jurídico” constantes no Bloco IV do Anexo XII da Lei n.º 9.953, de 13 de dezembro de 2012, passam a vigorar conforme o Anexo Único desta Lei Complementar.

**Art. 4º** O Procurador Jurídico pode representar a Câmara Municipal de Fortaleza junto a qualquer juízo ou tribunal.

**Art. 5º** O § 3º do art. 1º da Lei Complementar n.º 143, de 21 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
.....

§ 3º Os cargos de Diretor-Geral, Ouvidor-Geral, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico terão remuneração equivalente ao nível DGA-1.” (NR)

**Art. 6º** Fica criado, na estrutura da Procuradoria Jurídica, o cargo de Procurador Jurídico Adjunto, simbologia DGA-2, ao qual compete:

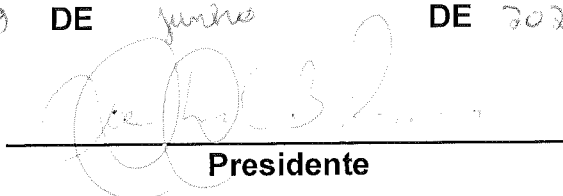
- I — substituir o Procurador Jurídico, nos casos de ausências ou impedimentos;
- II — assessorar o Procurador Jurídico em assuntos técnico-jurídicos de suas atribuições;
- III — assessorar o Procurador Jurídico e emitir pareceres em matérias de relevante interesse;
- IV — desempenhar outras competências destas decorrentes.

*Parágrafo único.* Para suprir as necessidades da estrutura da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Fortaleza, ficam criados 4 (quatro) cargos de Assessor Técnico, simbologia AT-1.

**Art. 7º** Os servidores efetivos do cargo de Consultor Técnico Jurídico terão exercício preferencialmente na Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Fortaleza.

**Art. 8º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**COORDENADORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 29 DE junho DE 2022.**

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente**



**Câmara Municipal de Fortaleza**  
**Coordenadoria das Comissões Técnicas**

**ANEXO ÚNICO**

**DESCRIÇÃO DE CARGOS**

**CARGO: PROCURADOR JURÍDICO**

(...)

**Descrição das atividades setoriais:**

- chefiar a Procuradoria Jurídica, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação;
- receber citações iniciais ou comunicações referentes a processos ajuizados contra a Mesa Diretora ou seus membros ou tocantes a ações nas quais deva a Procuradoria Jurídica intervir;
- determinar a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses da Câmara Municipal de Fortaleza;
- desistir e firmar compromissos ou acordos nas ações em que a Câmara Municipal de Fortaleza figure como parte, mediante autorização expressa do seu Presidente;
- representar, pessoalmente, quando solicitado pelo Presidente, os interesses da Câmara Municipal de Fortaleza junto ao Tribunal de Contas;
- submeter ao Presidente da Câmara e ao Diretor-Geral os expedientes que dependam de decisões destes;
- requisitar, com atendimento prioritário, documentos, exames, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições aos órgãos de assessoramento da Câmara Municipal de Fortaleza;
- desempenhar outras atribuições atinentes à sua área de competência que lhe forem determinadas pelo Presidente ou pela Mesa Diretora.

(...)